

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
TAUANA EMANUELE LEITE PINTO
VITOR SOARES DA SILVA**

**REFLEXÕES A RESPEITO DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE
SEXUAL E O MOVIMENTO LGBTQIA+**

CASCADEL

2021

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
TAUANA EMANUELE LEITE PINTO
VITOR SOARES DA SILVA**

**REFLEXÕES A RESPEITO DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E
DIVERSIDADE SEXUAL E O MOVIMENTO LGBTQIA+**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso: Artigo, do curso de Pedagogia, do Centro
Universitário Assis Gurgacz – FAG.
Professor Orientadora: Silvia Cavalleiro

**CASCADEL
2021**

**REFLEXÕES A RESPEITO DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E
DIVERSIDADE SEXUAL E O MOVIMENTO LGBTQIA+**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC como requisito para a obtenção da formação no
Curso Pedagogia do Centro Universitário FAG

BANCA EXAMINADORA

Silvia Cavaleiro
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

Andreia Tegoni
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

Jussara Chagas
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

REFLEXÕES A RESPEITO DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL E O MOVIMENTO LGBTQIA+

PINTO, Tauana E. L.
SILVA, Vitor S.
CAVALHEIRO, Silvia A.

tauanaemanuele01@gmail.com
vitorb194@gmail.com
ProfeSilviafag@hotmail.com

RESUMO: Este estudo tem como finalidade conhecer, analisar e compreender os sujeitos LGBTQIA+, bem como as políticas públicas criadas para amparo e garantia de direitos a estes sujeitos e os documentos oficiais que norteiam a compreensão e o conhecimento das peculiaridades deste público, abordando a grande importância em relação aos direitos e ao movimento LGBTQIA+ e tudo que a ele está envolvido, educação, saúde, gênero, igualdade, diversidade, principalmente voltados a importância de combater o preconceito e a violência contra esse público, que sofre simplesmente por ter opiniões diferentes as dadas como “normais” para o mundo, quebrando barreiras e paradigmas impostos socialmente.. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e qualitativo, sendo utilizados os estudos de Bezerra (2013), Butler (2005), Cardoso (2020), Ferrari (2003) e muitos outros que trazem as principais conquistas e os entraves desta demanda, visto que ainda há muito a ser feito e precisam de muito empenho nas criações de novas políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero, direitos esses que estão assegurados pela Constituição Federal (1988) é só necessitam quem sejam efetivadas de maneira correta.

Palavras-chave: Educação, Políticas públicas, Gênero, Diversidade sexual, Movimento LGBT.

REFLECTIONS ON EDUCATION, GENDER AND SEXUAL DIVERSITY AND THE LGBTQIA+ MOVEMENT

ABSTRACT: This study aims to know, analyze and understand the LGBTQIA+ subjects, as well as the public policies created to support and guarantee the rights of these subjects and the official documents that guide the understanding and knowledge of the peculiarities of this audience, addressing the great importance in relation to the rights and the LGBTQIA+ movement and everything that is involved in it, education, health, gender, equality, diversity, mainly focused on the importance of fighting prejudice and violence against this public, which suffers simply from having different opinions. as “normal” for the world, breaking barriers and socially imposed paradigms. This research is bibliographical and qualitative, using the studies of Bezerra (2013), Butler (2005), Cardoso (2020), Ferrari (2003) and many others that bring the main achievements and obstacles to this demand, as there is still a lot to be done and they need a lot of effort in the creation of new he public policies for sexual and gender diversity, rights that are guaranteed by the Federal Constitution (1988), only need those who are correctly implemented.

Key words: Education, Public Policy, Gender, Sexual Diversity, LGBT Movement.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo explorará os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQI + no espaço escolar e na vida social, e pesquisará algumas formas de formular políticas públicas sobre a diversidade de gênero. Entende-se que o preconceito e à humilhação sofridos no ambiente escolar e no cotidiano, a escola é o primeiro refúgio para essas pessoas buscarem ajuda, e ajuda no diálogo. Devido às muitas intolerâncias em abordar questões relacionadas à diversidade de gênero e comportamento sexual, a falta de preparação dos profissionais da educação muitas vezes exacerba a fobia LGBT nas escolas. Os elementos preditivos de uma sociedade mais democrática visam promover valores de respeito e tolerância à diversidade.

Desta forma, a sociedade está gradualmente discutindo e questionando valores, Normas, conceitos e preconceitos relacionados à experiência sexual humana, imagine a ideia de superar a possibilidade de direitos desiguais. Nesse caso, a escola é obrigada a contribuir para o combate à violência contra as pessoas LGBT, utilizando-a para construir uma consciência crítica e desenvolver práticas baseadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Os direitos, a cidadania e a dignidade da maioria da população ainda é violado todos os dias, e o direito à educação também é violado. Irregularidades Eles se concentram em garantir o acesso a oportunidades, especialmente garantindo a existência de longo prazo de minorias sociais. Porque o foco atual do estado e de outras instituições de gestão educacional é concentrar-se principalmente nas oportunidades de admissão, e que não se esqueçam de criar condições necessárias para a continuidade da pesquisa.

Este artigo exemplifica as relações do estado e os movimentos sociais para produção de políticas públicas abrangentes e asseguradoras dos direitos humanos básicos correlacionados com a educação focada em gênero e diversidade sexual. Essas reflexões trazem algumas das principais fontes de estudos com relevância na compreensão inclusiva de gênero e diversidade sexual nas políticas públicas do Brasil.

A pesquisa ficará dividida em 3 sessões sendo elas, o movimento LGBTQIA+, as políticas públicas de diversidade sexual e de gênero, e uma breve reflexão sobre o movimento e as políticas públicas.

Este artigo utilizará a pesquisa bibliográfica como metodologia. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 17), a metodologia surge da concepção do que pode ser feito e da

“tomada de decisões com base no que parece lógico, racional, eficiente e eficaz”. Para Lakatos, "a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se por um lado é possível obter por meio dela a resolução de um problema, por outro lado, tanto a pesquisa de laboratório como a de campo (documentação direta) exigem, como uma premissa, a investigação do estudo da questão que se propõe analisar e resolver. A investigação bibliográfica pode, portanto, também ser considerada como o primeiro passo de qualquer investigação científica (1992, p.44)

Nesta sessão ficam retratados os marcos históricos do movimento e seus precursores, quais as características possuem, a pluralidade da sigla LGBTQIA+, as características de cada sujeito pertencentes, qual a origem e disseminação do movimento no Brasil, preconceitos e discriminações sofridos, entre outros enfrentamentos que propuseram algumas mudanças dos direitos para todos.

Na terceira sessão serão pautadas as políticas públicas que regem o movimento como um todo, leis que garantem direitos de vivência e qualidade de vida na sociedade, ainda que existam pouquíssimas abrangências para que essas leis sejam de fato inseridas no cotidiano dessa minoria, o Brasil caminha progressivamente em prol dessa comunidade, garantindo o direito básico e único de viver tranquilamente sendo quem são.

Por fim na última sessão evidenciam-se os dois assuntos descritos nas sessões 2 e 3, trazendo assim uma ampla reflexão do movimento em âmbito globalizado e as políticas públicas que os relacionam como um movimento, que propõem diversos diálogos e debates de questionamento para a institucionalização de leis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A história do Movimento LGBT:

Segundo Ferrari (2003) "O Movimento em defesa dos direitos dos homossexuais nasceu na Europa no final do século passado, tendo como principal bandeira a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo pleno reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. " (Movimento LGBT: Breve Contexto Histórico e o Movimento na Região Do Cariri, 2013, p 316).

De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2016), em 1978, nasceu o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), iniciados no contexto dos anos de chumbo, na época das renovações culturais e das problemáticas pensantes da esquerda brasileira, aliou-se também a outros movimentos sociais da época, os movimentos feministas e movimento negro, agenda ecológica e alguns dos setores ligados a nova esquerda. Tal movimento surgia da polêmica contestação originários do movimento da liberação gay que iniciou em 1967 na Argentina e dois anos depois em 1969 nos Estados Unidos. Algumas memórias e histórias foram extremamente importantes para que os movimentos LGBT de inúmeros países se tornassem grandes marcos políticos.

Ferrari (2003) ainda salienta que no Brasil ainda que seja recente tal temática tem adquirido alguns espaços de aprofundamento historiológico e crítico dentro dos cenários acadêmicos nacionais e internacionais. Em especial, obtiveram singulares importâncias a respeito da epidemia de HIV/AIDS que ocorreram nos anos de 1980/1990, e em criação de algumas políticas de memórias. Tal período ficou marcado pelas diversas vidas de LGBT que se foram em consequência dessa epidemia, e também pelo descrédito social envolvido e por diversos preconceitos sociais da época, como violências e em pleno cenário da crise econômica, rodeada por uma onda conservadora que vieram em oposição as políticas de progresso da libertação sexual dos anos passados. Ainda em circunstâncias das políticas sexuais que ordinariamente conservadoras a categoria sexualidade ainda sofreu revisões pelos próprios ativistas sexuais como pelas ativistas do movimento feminino.

Para Bezerra (2013), dado que 1978 foi identificado como o ano de início do movimento LGBT no Brasil, enfatizando que o lançamento do jornal mensal Lampião da Esquina foi a primeira publicação de notícias do plano alternativo, Nacionalmente veiculada, de cunho político, escrita por homossexuais para homossexuais, além de

constituir um grupo de reconhecimento à homossexualidade-Somos (SP) é um grupo pioneiro organizado que mobiliza os homossexuais em torno de agendas que se tornarão a base para os homossexuais lutarem por seus direitos e se expressarem no movimento gay brasileiro (MHB). Embora não tenha se concentrado no período anterior, em sua exibição, a obra lembrou o risco de mitos históricos, que acabaram ofuscando ações políticas coletivas anteriores, e por meio de uma série de estudos históricos focados no "radicalismo primitivo" como uma forma mais complicada compreensão da formação do movimento gay brasileiro. Ressalte-se que os grupos Lampião da Esquina e Somos (SP) são muito importantes para a história política LGBT do Brasil e, mesmo em um curto período de cinco anos (1978-1983), eles inspiraram um grupo de ativistas gays a aceitarem e lutarem pelos seus direitos. Três anos depois, em 1981, um grupo de lésbicas fundou o jornal ChanacomChana, que era vendido e distribuído no famoso bar lésbico Ferro's Bar. Sem a aprovação do dono do bar, essas mulheres foram expulsas em 1983, levando a um ato político que culminou no que ficou conhecido como Muro de Pedra do Brasil. Sem a aprovação do dono do bar, essas mulheres foram expulsas em 1983, o que gerou um ato político que culminou no que ficou conhecido como Muro de Pedra do Brasil. Desde que esse levante acabou com a proibição de vendas de ChanacomChana, 19 de agosto foi um marco na celebração do Dia do Orgulho Lésbico em São Paulo.

Facchini (2003), ressalta-se que Lampião da Esquina e Grupo Somos (SP) são História política LGBT do Brasil, mesmo que seja apenas um curto período de cinco anos (1978-1983), inspirou um grupo de ativistas gays a escrever memórias daquele momento. para estabelecer textos textuais pioneiros sobre história política escrita por homossexuais brasileiros, entidades trouxeram relatos de organizações, publicações e documentos E eventos de período. Embora tenhamos encontrado alguns textos anteriores relacionados à história social A homossexualidade no Brasil, antes mesmo da publicação de "Lampião da Esquina", era como "A homossexualidade no Brasil nos últimos três anos", de Daniel Franco¹¹, foi na década de 1980 Estourou a produção de uma história política gay contada por membros da comunidade.

Para Mello (2012), em 28 de junho de 1969, uma das rebeliões civis mais importantes da história estourou no Stonewall Hotel em Greenwich Village, EUA. Gays, lésbicas, travestis e drag queens enfrentam a polícia neste episódio, que é a base do movimento LGBT global. Esse episódio, conhecido como Stonewall Riot (em inglês: Stonewall Riot), durou seis dias e foi uma resposta às ações arbitrárias e preconceituosas

da polícia, que costuma promover batidas e revistas de humilhação em bares e clubes gays da cidade de Nova York.

Quanto aos transgêneros, e transexuais embora não haja consenso sobre o enredo específico, a publicação de "Pessoas Transgênero: O Jornal da American Dress Equality Association" em 1952 é um marco importante na luta transgênero americana. Sem falar que a própria Rebelião de Stonewall tem duas travestis muito importantes envolvidas: Sylvia Rae Rivera e Marsha P. Johnson. Por fim, a expressão do movimento lésbico ganhou muito poder na segunda onda de movimentos feministas entre as décadas de 1960 e 1980.

2.2 História da bandeira LGBTQIA+

De acordo com Cardoso (2020), um dos maiores símbolos da representatividade LGBTQIA+ e a sua bandeira que existe a mais de 40 anos e até hoje carrega uma grande importância para a comunidade. Uma primeira versão deste símbolo surgiu na década de 1978 durante uma celebração do dia do orgulho gay dos Estados Unidos. O ativista Gilbert Baker foi desafiado pelo líder Harvey Milk a criar um símbolo que representasse a luta pelos direitos iguais e abraçasse a comunidade e tornasse a bandeira um dos motivos do orgulho gay.

Cardoso ainda continua afirmando que originalmente a bandeira era constituída por 8 cores diferentes que formavam o arco-íris e cada uma delas possuía um significado diferente que fora atribuído por Gilbert Baker. As cores eram rosa, que representava a sexualidade, vermelho representava a vida, laranja representava a cura, amarelo ficava representado pela luz do sol, o verde simbolizava a natureza, turquesa representava a arte, azul representante da harmonia e por último o violeta que representava o espírito. Essencialmente as cores trouxeram reflexão em defesa da comunidade e dos comportamentos humanos.

2.3 A Sigla LGBTQIA+

Brasil (2002), a sigla LGBT e utilizada para identificar os gays, lésbicas, bissexuais e travestis/transexuais, usado desde 1990 a sigla passou a ser uma adequação da antiga LGB, que desde então passou a substituir o termo “gay” para identificar a comunidade LGBT no final dos anos 1980. Como tal nomenclatura não abrangia ou representava a comunidade de forma igualitária ativistas da causa buscavam formas de

tornar o movimento mais inclusivo e para que outras orientações sexuais sintam-se acolhidas e compreendidas.

Marcon (2016) sobre a abreviação LGBT tem um objetivo único e principal que é de promover a diversidade cultural baseada em questões de identidade de gênero e sexual. Em dias atuais é utilizada para identificação de qualquer pessoa que não se identifica ou se enquadra dentro dos padrões heterossexuais. Ao longo de anos algumas variantes da sigla foram surgindo tais como LGBTQ, para pessoas Queers, LGBTQI para pessoas Intersexuais, LGBTQIA, para os que se enquadram como assexuais, LGBTQIAPN, as letras P e N são para os que se identificam como polisssexuais, pansexuais e pessoas Não-binárias, por fim LGBTQIAP+ com o sinal de + para atender e entender qualquer pessoa que não se sintam incluídas em nenhuma das outras identidades acolhidas pelas outras iniciais da sigla.

Após o assassinato de Harvey Milk a procura pela bandeira aumentou, mas com algumas dificuldades a bandeira sofreu modificações, o rosa foi retirado por problemas para encontrar o tecido e pela vantagem de possuir cores pares houve a retirada do turquesa. A partir de 1979 a bandeira passou oficialmente a ter seis cores, Laranja, Azul, Vermelho, Amarelo, Verde, Violeta. Mas só atingiu notoriedade quando donos de um imóvel em Los Angeles exigiram que seu inquilino removesse a bandeira da varanda.

1.3 A criminalização Da LGBTFobia

De acordo com o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, particularmente dentro do inciso IV diz que é dever da República federativa promover o bem-estar social de todos sem julgamentos ou preconceitos de origem sexual, racial, étnica, de cor, e entre qualquer forma discriminatória, porém quando a pauta LGBT é abordada, sabe-se que não tratam tais objetivos com efetividade dentro dos órgãos de Lei Maioritária no país. (Âmbito Jurídico - Criminalização da LGBTFobia: Uma Problemática Necessária, 2019).

Brasil (2009) classifica-se LGBTFobia toda e qualquer tipo de discriminação “Homofóbica ou transfóbica que contenha ódio e/ou repulsa a orientação sexual, identidade de gênero das pessoas” assim foi o posicionamento apresentado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF (“ADO nº26/DF), onde a LGBTFobia foi adequada como crime de racismo – nos âmbitos da lei nº 7.716/89, até que seja decretada tal lei específica para criminalizar essas condutas pelo Congresso Nacional. Além do mais o STF considerou

que nos casos de homicídio doloso, a identificação de LGBTfobia deve ser considerado um contexto qualificado do crime para configurar pretexto sórdido. (A violência LGBTQIA+ no Brasil, Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP, 2020).

O atlas da violência produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou que a ausência de parâmetros ainda é um grande problema central que precisa ser superado, a partir da inserção de questões inclusivas em relação a diversidade sexual e de gênero nos órgãos oficiais.

2.4 LGBTfobia No Âmbito Escolar:

Em entendimento aos critérios Curriculares Nacionais (PCN, Secretaria Fundamental, 1999) e o Programa Brasil Sem Homofobia (Conselho Nacional De Combate a Homofobia [CNDC] & Ministério Da saúde, 2004). Salienta que o seguimento da inclusão de Diversidade Sexual e o enfrentamento da homofobia no Brasil defrontam a abrangência dos profissionais de educação para formar cidadãos críticos e conscientes adotando posturas diversificadas e democráticas. Deste modo a presente participação do docente nas escolas contribui significativamente no combate de várias formas de violação de Direitos Humanos da comunidade LGBTQIA+. (Homofobia na Escola: As Representações de Educadores, Scielo, 2015).

No ponto de vista sobressai que as políticas públicas para combater a homofobia, foi uma das iniciativas principais que ocorreram em 2004 quando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos estabeleceu o Brasil Sem homofobia, que é um dos programas de combate à violência e discriminação contra os LGBT e ainda promover a cidadania homossexual (CNDC & Ministério da Saúde, 2004). Este programa tem como objetivo promover a cidadania dos cidadãos LGBT equilibrando o combate a violência e discriminações homofóbicas, respeitando as particularidades desse grupo social. (Homofobia na Escola: As Representações de Educadores, Scielo, 2015).

2.5 Políticas Públicas sobre Diversidade Sexual Na Escola:

Brasil (2010) afirma que na década de 1990 novas políticas públicas surgiram para a abordagem de diversidade sexual dentro da escola, visando promover saúde e a prevenção de doenças, como também a garantia dos direitos sexuais e de reprodução dos jovens (Nardi & Quartiero, 2012). Entre alguns dos documentos que contribuem para a atuação dos profissionais neste âmbito, estão destacados os Parâmetros Curriculares Nacionais (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8.069/90), Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004a), o Programa Brasil sem

Homofobia (Brasil, 2004b), Programa Gênero e Diversidade na Escola (2008) e por fim o Programa de Saúde na Escola – PSE (Brasil, 2007).

Brasil (2002), alguns estudos relacionados mostraram que pesquisas foram feitas para investigar: o Programa de Formação de Professoras/res em Gênero e Diversidade nas Escolas (GDE), o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) (2008; **Lionço & Diniz, 2008; Rios & Santos, 2008; Vianna & Ramires, 2008**); o Projeto de Formação Educando para a Diversidade (Realizado pela ONG Nuances, que é financiado pelo Brasil Se, Homofobia) (Nardi & Quartiero, 2012); e o Programa Brasil Sem Homofobia (Borges & Meyer, 2008). É importante salientar que a implementação de tais programas são essenciais, e que suas propostas presumem erradicar discursos heteronormativos e sexista, pois segundo autores como Louro (2001), Alos (2011) e Gesser, Oltramari e Panisson (2015), percorrem e constituem as suas práticas pela atualidade.

No que se refere a artigos que propõem desenvolver subsídios entre teorias e metodologias que são voltadas para aperfeiçoar o profissional, ou com a implementação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de gênero e diversidade, mostra que entre 15 e 24 dos artigos baseiam-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que foram implementados no ano de 1997.

Evidencia-se que em 2008 algumas produções analisadas das políticas: “Brasil Sem Homofobia”, “Parâmetros Curriculares Nacionais”, e o “Programa Nacional do Livro Didático”. No ano de 2011 estes estudos continuaram se apoiando nos “PCN” e no programa “Brasil Sem Homofobia”. Em 2012 apresentou o mesmo resultado, no entanto trouxe o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, como uma nova política de apoio para produção acadêmica. Entende-se que a partir dos dados analisados, os Parâmetros Nacionais Curriculares é uma das políticas que mais influência em produções em relação a Diversidade Sexual de Gênero e Educação. Apesar dos PCN não possuírem peso forte perante as leis, deixaram os currículos educacionais padrão, segundo Butler (2005) ainda hoje eles ocupam um papel importante, como princípios norteadores de atividades produzidas e desenvolvidas no âmbito escolar.

Justificando que os PCN propõem que Orientação Sexual e Sexualidade, sejam trabalhadas de forma transversal em todas as vertentes e temas como saúde, ética, gênero, ecologia e pluralidade cultural (Nardi, 2008) fica destacado a relevância para a produção dos conhecimentos para aperfeiçoamento.

De acordo com a análise de Bloog (2016) constatou-se que outra política que tem se mostrado bastante impactante na produção acadêmica é o “Programa Brasil Sem

Homofobia”, que apoia 10 dos 31 estudos relacionados a políticas públicas. Tal proposta inseriu a temática da diversidade sexual no espaço escolar e trouxe discussões sobre igualdade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. A política foi lançada em 2004 para fortalecer a visão dos direitos sexuais como direitos humanos e para incluir o comportamento sexual como um direito básico para o pleno exercício dos direitos civis (Borges & Meyer, 2008).

Artigos que propõem subsídios ao Projeto Nacional do Livro Didático (PNLD) e ao Projeto Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) também foram identificados para garantir que os livros didáticos contemplem a diversidade de gênero. Fontes (2008), Vianna e Ramires (2008) e Lionço & Diniz (2008) também são os sujeitos deste estudo, que apontaram que o modelo de família heterossexual domina o material distribuído pelo projeto, o que destaca a implantação dos PCN e outros propósitos na política de prevenção da homofobia.

Portanto, verifica-se que a formulação de políticas públicas para a diversidade de gênero nas escolas estimula discussões acadêmicas para verificar como ocorre a aplicação prática das políticas e dos documentos oficiais. Mesmo assim, é importante destacar que existe uma grande lacuna entre o conteúdo da política e a eficácia de sua implementação, pois a maioria dos estudos analíticos tem mostrado que a desigualdade de gênero e a heterossexualidade ainda existem nas escolas.

2.6 Conceitos de Gênero nas Produções de Conhecimento sobre Diversidade Sexual na escola:

A concepção de gênero passa a ser a base quando as escolas geram conhecimento sobre a diversidade de gênero. A prática no ambiente escolar é permeada por vários discursos a cada dia, que naturalizam o conceito binário de sexo e gênero, que, por sua vez, naturaliza a expressão heterossexual do sexo em uma pessoa saudável e diferente. Asinelli-Luz e Cunha (2011) sugeriram que gênero deve ser um tema central e amplamente discutido no ambiente escolar, para que os educadores tenham a oportunidade de refletir sobre em que medida suas práticas ajudam a manter ou desconstruir o discurso dominante sobre sexo. Portanto, é necessário investigar quais conceitos de gênero existem nos trabalhos acadêmicos, pois esses conceitos penetram e constituem a prática educacional.

Costa (2012) mostra que existe uma relação estreita entre preconceitos sobre orientação sexual e preconceitos de gênero, o que justifica a escolha do tema analisado. A partir de uma revisão da literatura, a autora constatou que a confirmação da identidade masculina heterossexual se constrói pela negação de outras orientações sexuais, obtendo o consentimento de seus pares, expondo assim a violência e o preconceito de gênero. Esse problema também é apontado por Toneli (2006), que aponta que para afirmar sua sexualidade, os homens se distanciam e procuram rejeitar todas as expressões relacionadas ao que se denomina feminino, o que contribui para a configuração da homofobia.

2.7 Políticas Públicas para a população LGBTQIA+

De acordo com Mello e Avelar (2012), logo no início da década de 2000, foi possível identificar os marcos principais no âmbito da justiça a nível do Poder Executivo em relação as Políticas Públicas voltadas a população LGBT, segundo o autor:

A partir da criação do “Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”, em 2004. Realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)”; E o lançamento do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNDCDH-LGBT), em 2009. (MELLO E AVELLAR, 2012, p.32)

Na mesma linha, Mello e Brito (2012) apontam a importância das iniciativas que podem promover a construção de uma cultura política comprometida com a superação do preconceito, da discriminação e da exclusão no campo dos direitos sexuais, que diz respeito principalmente, mas não apenas a população LGBT. Neste contexto, o reconhecimento das reivindicações LGBT pelo Estado e a promoção de valores e práticas de respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, promovidos pelos movimentos sociais são, sem dúvida, mecanismos importantes para diferentes grupos sociais. A uma visão menos heteronormativa do mundo, ampliando as oportunidades de formação de uma opinião pública mais favorável, inclusive com a promulgação de leis que garantam a cidadania plena à população LGBT.

Debater a questão dos direitos e das políticas públicas para a população LGBT implica necessariamente mudanças nos costumes, na moral e nos padrões sexuais estabelecidos e historicamente enraizados na sociedade brasileira. Com a negação da cidadania a essa parcela específica da população e os problemas que ela enfrenta no dia a dia, fica um desafio muito grande alcançar grandes resultados e mudanças no cenário político e jurídico brasileiro. Nesse sentido, entendemos que uma situação pode existir por muito tempo, afetando gravemente grupos de pessoas e gerando descontentamento sem, no entanto, mobilizar autoridades governamentais. Neste caso, é um "estado de coisas", como explica o autor Rua (2009):

Algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos, mas não constitui um tema da agenda do governo, ou seja, não está entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a ser uma preocupação das autoridades e se torna uma prioridade na agenda do governo, torna-se um "problema político".

As políticas públicas são elaboração de acordo com as demandas sociais existentes, no Brasil o início do que se conhece por políticas públicas se deu ainda de maneira fraca em 1970, visando alcançar igualdade em relação aos direitos e lutas contra a discriminação. Políticas públicas do público LGBTQIA+ de acordo com Brasil (2008) Eles representam um conjunto de ações solicitadas pela população e desenvolvidas pelo governo, com o objetivo de intervir sobre alguns problemas, enfrentando a violência e a discriminação “homofobia”. Desde então, o termo "homofobia" tem sido muito debatido por não representar as especificidades da violência que afeta pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

De acordo com Butler (2005) Em relação aos direitos sexuais no Brasil, podemos dizer que historicamente o Estado brasileiro configurou suas leis que impõem a heterossexualidade como única possibilidade para o exercício da sexualidade, para a constituição da família e para um regime de poder. “Este modelo se baseia na complementaridade masculino-feminino e é reiterado nas práticas sociais como natural”. Nessa lógica, toda variação ou desvio fica à margem, obcecada com o perigo que representa para a ordem social” (BUTLER, 2005).

Sendo assim, observa-se que a complexidade e as particularidades que estão atreladas as questões dos direitos LGBT's e a garantia dos direitos desse público social. Existem muitas leis e projetos de lei que estão a serem aprovadas ou foram recentemente aderidas, que com certeza mudam a vida das pessoas desse público social, entre elas estão:

adoção de casais homoafetivos ou adoção conjunta, mudança de gênero e nome, acesso a políticas voltadas à saúde, livre expressão de orientação sexual em locais e espaços públicos, e o principal e mais aclamado, segurança e proteção à violência e discriminação por preconceito.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir acerca de discussões sobre a Diversidade, Educação e demais temáticas referentes do público LGBTQIA+ com foco principal na compreensão da vivência e percurso traçado, o estudo está em consonância com o crescente número de abordagens sobre a questão LGBT no meio acadêmico e visa destacar sua importância no contexto organizacional.

Durante a elaboração deste projeto foi evidenciado que, muitos direitos foram alcançados pelo público LGBTQIA+, porém ainda está falha perante a necessidade que os implica, principalmente quando a questão debatida são preconceito e violência, pois na teoria podem existir direitos e políticas públicas, entretanto visto a realidade e tudo que foi lido e estudado teoricamente, isto está longe de ser verdadeiramente acontecendo.

O que se pode concluir é que se os LGBTQIA+ estão onde estão, e conseguiram tudo que lhes é de direito hoje em dia, foi por meio de muita luta, perseverança e resistência e insistência, mérito próprio e que deve ser reconhecido e ganhar mais espaço dentro de espaços públicos e sociais.

4. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016.

ASINELLI-LUZ, Araci; CUNHA, Josafá Moreira. **Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008.** Curitiba: Educar em Revista, n.39, p. 87-102, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 2.** Brasília, 2002.

BRASIL. **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB.** Brasília, 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais – PNPCH-LGBT.** Brasília, 2010.

BEZERRA, Alana. **MOVIMENTO LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri.** 2013.

BLOOG, Stoodi. **Movimento LGBT: o que é, história e muito mais.** São Paulo, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo.** Buenos Aires: Paidós, 2005.

CARDOSO, Maria. **Juventude LGBTQI+ e a educação do governo das crianças em Herbart às políticas inclusivas.** 2020

Costa, A. B., Peroni, R. O., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2013). **Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil.** International Journal of Psychology, 2012.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico.** São Paulo, 2003.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Colégio de Aplicação João XIII, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MARCON, Amanda. **Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.** Scielo, Rio de Janeiro, 2016

MELLO, Luiz; AVELAR, Resende Bruno de. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil.** In: *Revista Sociedade e Estado*. Vol 27, nº 2. Maio/agosto. 2012. P. 289- 312.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades.** In: *Cadernos Pagu*. nº 39, jul-dez de 2012. p. 403-429.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela. **Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar.** *Revista Fazendo Gênero*. Nº 9. 2010

NAZARÉ, Marcela. **As mídias digitais e seus usos pelo movimento LGBT brasileiro.** Paraná, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** 2009.

UNIBANCO, Aprendizagem em Foco. **Silêncio da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos.** 2016.

VIANA, Fabio. **Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.** São Paulo, 2016.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual.** Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.